



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
PRO-REITORIA DE FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PROJETO BÁSICO
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - DISPENSA DE LICITAÇÃO - COM CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2021

(Processo Administrativo n.º23109.012235/2021-74)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de **estufa experimental para insetário**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
01	ESTUFA EXPERIMENTAL PARA INSETÁRIO Área Total da Estufa: 30,00 m² Dimensões: Largura Máxima: 5,00 Comprimento Máximo: 6,00 Pé Direito(até a calha): 3,20 Altura Topo Central: 4,30 1 vão(s) de: 5,00 m 2 módulos de: 3,00 m	UN	1	R\$ 44.531,92	R\$ 44.531,92

1.2. O objeto da aquisição tem a natureza de material comum de equipamento para laboratório de pesquisa.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente aquisição adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O valor total estimado da aquisição é de R\$ 44.531,92 (quarenta e quatro mil quinhentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos).

1.6. O contrato terá vigência pelo período de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Necessidades de aquisição de estufa experimental para insetário para desenvolvimento das atividades de pesquisa do Projeto "Observatório do avanço de doenças infecciosas emergentes e doenças tropicais negligenciadas sobre comunidades indígenas de MG: o papel do laboratório de Ecologia do Adoecimento e Florestas".

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. Trata-se de bem comum a ser adquirido diretamente, por dispensa de licitação, com fulcro no inciso XXI do art. 24, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.1. A CONTRATANTE irá preparar o terreno para montagem da estufa. O platô deverá considerar a largura e o comprimento total da estufa/bloco somando-se o dobro da altura do pé direito (para os tirantes externos) na largura e comprimento;

4.1.2. A CONTRATANTE irá providenciar local seguro e próximo a obra para guardar os materiais até a montagem, ponto de água e energia (220v) próximo ao local da montagem, coletores em PVC a partir das bocas para escoamento de águas pluviais e descarga do material.

4.1.3. A CONTRATANTE se obriga responder o check list para setor de montagem assim que recebido via e-mail ou mensagem via WhatsApp, para andamento da data prevista conforme confirmação, em caso de atraso maior que três dias na resposta, pode ocorrer reprogramação do início da preparação da base e montagem da estufa;

4.1.4. Com check list respondido haverá a confirmação das datas previstas, se o terreno não estiver em condições conforme previstas na confirmação e a equipe for liberada para iniciar o serviço, será cobrado o dia da equipe e reprogramada a obra entrando no prazo de 60 dias;

4.1.5. O material será entregue em até 45 Dias após a assinatura do contrato;

4.1.6. O início da preparação da base e montagem da estufa se dará em até 30 dias após a entrega do material (custos de alojamento e refeição por conta da CONTRATADA);

4.1.7. A CONTRATADA deverá oferecer garantia de 12 (doze) meses para os materiais e montagem, a partir da entrega, contra possíveis defeitos de fabricação ou de qualidade, não se aplicando a garantia em caso comprovado de mau uso. A CONTRATADA ficará responsável pela reposição ou reparos dos materiais danificados, cujas técnicas utilizadas para isso, serão definidas pela mesma, com a supervisão do Gestor do Contrato indicado pela CONTRATANTE;

4.1.8. A garantia NÃO inclui outras despesas tais como frete, gastos adicionais de qualquer espécie, plantas de qualquer espécie e/ou quaisquer outros objetos abrigados sobre as estufas.

4.1.9. Excluem-se também da garantia:

- Danos causados pela natureza, como granizo, vendaval, raios, alagamentos, tromba d'água, deslizamento, terremoto, etc.;
- Recalque da estrutura da estufa agrícola causado por instabilidade do solo;
- Topografia fora das especificações contidas no contrato;
- Ataque de animais;
- Estufas sem tirantes laterais.
- Uso da estufa para condução de plantas (tutoramento) ou outros tipos de suportes não previstos no projeto (apoios de lonas, redes, mesas de cultivo, dutos de fluidos ou quaisquer outros dispositivos que apresentem aumento da carga sobre a estrutura);
- Quando houver agentes químicos e/ou físicos extremos em contato com as estruturas interna/externa (altas temperaturas, elevada concentração de sais e/ou produtos químicos no solo e/ou na atmosfera).
- Estruturas montadas sobre materiais alternativos (madeira, pvc e outros).
- Montagem fora do padrão existente no manual.

4.1.10. Das dimensões da Estufa:

- Área Total da Estufa : 30,00 m²
- Dimensões:
- Largura Máxima: 5,00
- Comprimento Máximo: 6,00
- Pé Direito(até a calha): 3,20
- Altura Topo Central: 4,30
- 1 vão(s) de: 5,00 m
- 2 módulos de: 3,00 m

4.1.11. Das Fundações:

- Cada coluna será fixada diretamente no solo, em buracos de aproximadamente 0,30m de diâmetro e 0,80m de profundidade.

4.1.12. Da Estrutura:

- Aço, Conexões e Encaixes Galvanizados de Acordo Com As Normas Abnt E/ou Astm A 153 E/ou Astm A 123 E/ou Nbr Zc Rev. B. E/ou Galvanização Por Imersão A Quente Nbr 7008;
- Kits Tirantes - Internos e Externos Em Cabo de Aço 4,763mm, Catracas Hastes Tipo Solo-morto, Concretados Diretamente No Solo;

- Fixação Frontais Superior - Em Base de Metalon 50 X 30mm Com Perfis de Alumínio;
- Perfil de Alumínio - Base Para Fixação do Filme Agrícola e Telas;
- Fixação dos Filmes e Telas Com Molas Tipo "zig-zag" - Material Em Aço Galvanizado;
- Arcos Tubulares 50,80mm Com Parede de 1,25mm;
- Contraventamentos: Terças/mão Francesas - Tubulares 50,80mm Com Parede 1,25mm;
- Calhas Laterais Premium - Alumínio Com Canal Exclusivo Para Fixação do Filme de Cobertura (ligas 6063/6261 Temperas T6/t5);
- Colunas Perimetrais - Tubos 70 X 40 X 2,00mm e Centrais Tubos 90 X 60 X 2,00mm Galvanizados Em Zinco Fundente.

4.1.13. Da Cobertura:

- Filme de Polietileno Tricapa Difusor de Luz, Espessura 150 Micras, Tratamento Anti-uv

4.1.14. Dos Fechamentos frontais e laterais:

- Os Frontais e Laterais Terão Fechamento Fixo Com Tela Antivírus 50 Mesh, Com Tratamento Anti-uv. Fixados Na Parte Superior Em Perfis de Alumínio e Na Inferior Enterrados No Solo Ou Muretas Com Perfil.

4.1.15. Do Fechamento Semicircular:

- Os Arcos Frontais Terão Fechamento Fixo Com Tela Antivírus Mesh 50%, Com Tratamento Anti-uv.

4.1.16. Da Mureta:

- Construção de Muretas de Concreto Com 35cm de Altura e Perfis de Alumínio No Arremate

4.1.17. Da Declividade do terreno:

- Para que se obtenha o escoamento de águas pluviais previsto em projeto e que se garanta a dimensão do pé direito requerido pelo CONTRATANTE, é necessário que o terreno tenha declividade mínima de 1,5 %, caso o terreno esteja com declividade menor do que a solicitada a compensação será feita nos mourões NÃO garantindo a altura do pé direito previsto no projeto.

4.1.18. Dos Condutores verticais:

- Nas saídas das águas pluviais das calhas, devem ser utilizados elementos de condução que NÃO resultem em estrangulamento no fluxo de água (curvas, reduções, etc...), caso contrário poderá ocorrer o extravasamento da água na calha, com a possibilidade de causar rompimento do filme plástico, podendo ocorrer comprometimento da estrutura de forma parcial ou completa, ocasionando até mesmo a queda de toda a estrutura devido ao aumento da carga ocasionado pelo acúmulo de água.
- As calhas e condutores devem ser limpos, retirando folhas, galhos, areia, terra, insetos, ninhos de aves, etc., constantemente a fim de desobstruir o fluxo das águas, facilitando o escoamento da água quando ocorrerem as precipitações.

4.1.19. Dos Filmes Plásticos e Telas:

- São produtos com prazos de garantia determinados pelos respectivos fabricantes, aplicando-se a regra estipulada por cada fabricante.

4.2. A execução do contrato será iniciada após a sua assinatura, conforme condições contidas neste Projeto Básico, na proposta da CONTRATADA e demais documentos componentes do processo SEI 23109.012235/2021-74.

4.3. O pagamento será realizado em sua integralidade, após a conclusão da montagem da estufa e recebimento do objeto, nos termos do item 12 deste Projeto Básico.

5. ENTREGA, RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega do bem é de 90 (noventa) dias, contados da emissão do pedido, em remessa única, no seguinte endereço: Departamento de Biodiversidade, Evolução e Meio Ambiente - ICEB III- Campus Universitário – Morro do Cruzeiro – Ouro Preto – MG – CEP.: 35400-000 no período das 08:30 às 16:00 de segunda-feira à sexta-feira, exceto os feriados, com prévio agendamento por meio do telefone (31) 3559-1603 ou (31)3559-1392. Todos os custos com frete, carga e montagem serão por conta do fornecedor.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. Para o controle e fiscalização do objeto contratual, a **CONTRATANTE** indica o Professor Sérgio Pontes Ribeiro para atuar como gestor.

11. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO:

11.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

11.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

11.3.1. Entrega e montagem da estufa, de acordo com o disposto neste Projeto Básico, proposta do contratado e demais documentos que compõe o processo SEI nº 23109.012235/2021-74.

11.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.3.1. não produziu os resultados acordados;

11.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

11.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 dias, caso a nota fiscal seja apresentada até o dia 05 do mês, e em 45 dias, caso a nota fiscal seja apresentada após o dia 05 do mês, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Projeto Básico.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1.Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.12.1. 1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6/100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Não haverá reajuste de preços.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.3. multa moratória de 0,033% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 dias;

14.3.1. multa compensatória 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.3.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.4. As sanções previstas acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 14.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

- 15.1. A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 15.1.1. Para a consulta de pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 15.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 15.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 15.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 15.1.2.1.2. O proponente será convocado para manifestação previamente à uma eventual negativa de contratação.
- 15.2. Como pré-requisito à contratação e decorrer da execução contratual, deverá a contratada comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação:
- 15.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 15.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 15.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 15.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 15.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do contratado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 15.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado, relativa à atividade em cujo exercício contrata;
- 15.2.7. caso o contratado seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

16.1. Os recursos estão alocados no orçamento de 2021.

16.2. Classificação da Despesa: Programa de Trabalho:5013 PTRES: Ação Gov.: 20GK Fonte de Recursos: 8188000000 Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 Ação UFOP: TED 10413-Ted 10413 da Emenda 39160010.

Ouro Preto, 07 de dezembro de 2021.

Responsável pelo Projeto Básico

Prof. Dr. Sérgio Pontes Ribeiro

Professor do Departamento de Biodiversidade, Evolução e Meio Ambiente – UFOP



Documento assinado eletronicamente por **Servio Pontes Ribeiro, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/12/2021, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0249532** e o código CRC **5652CC7A**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.012235/2021-74

SEI nº 0249532

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000

Telefone: - www.ufop.br